



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA  
CNPJ: 10.221.745/0001-34

---

**PARECER JURÍDICO – CPL/PMJ**  
**PROCESSO Nº. 8.039/2022**

**Requerente:** Comissão Permanente de Licitação.

**Assunto:** Contratação de empresa de engenharia para Construção de Canaleta de concreto para drenagem de água pluvial situado no município de Jacareacanga, Pará.

**I - RELATÓRIO**

Autos encaminhados a esta assessoria jurídica, para análise e manifestação acerca da Contratação de empresa de Engenharia para Construção de empresa de engenharia para Construção de Canaleta de concreto para drenagem de água pluvial situado no município de Jacareacanga, Pará.

Consta nos autos Declaração de Disponibilidade e Dotação orçamentária, firmado pela Contabilidade.

Neste diapasão, compulsando-se os autos verifica-se que o Edital apresentado aos autos para análise atende, a princípio, as exigências do referido Diploma legal, tendo sido datado, assinado e rubricado pelo Presidente da CPL, que o expediu, conforme determina o §1º deste mesmo dispositivo.

Como já dito no Parecer Prévio, a escolha da modalidade foi de fato a adequada.

Logo, objetivamente o edital e anexos atendem as exigências da lei 8.666/93.

Cumprir registrar, entretanto, que a análise de mérito do procedimento em sim, em todas as suas fases e atos subsequentes, é de exclusiva competência e responsabilidade da própria Comissão Permanente de Licitação – CPL, a quem caberá, na forma legal, observar, rigorosamente, os termos da lei 8.666/93, dentre outras normas, na condução dos trabalhos, sobretudo a observância dos princípios que regem o procedimento licitatório, qual sejam a Formalidade, Publicidade, Igualdade, entre os licitantes; sigilo na apresentação das propostas, Vinculação do edital ou convite, Julgamento objetivo e Adjudicação ao vencedor.

É o breve relatório, passemos a matéria de direito

**II –DA ANÁLISE JURÍDICA**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA  
CNPJ: 10.221.745/0001-34

---

Finalmente, é nosso dever ressaltar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção, se for o caso.

Dessa forma, o prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

### III. DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabe ressaltar que a contratação de obras, serviços, compras e alienações a ser feita por órgãos públicos deverá ser precedida, em regra, por licitação, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como o artigo 2º da Lei n.º 8.666/93. Sucintamente, o mestre Hely Lopes Meirelles versa sobre a licitação: "Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

Segundo a Lei de Licitações 8.666/93, a Carta Convite é a modalidade que pré-seleciona os candidatos que vão participar do processo licitatório. Vejamos:

**Art. 22.** São modalidades de licitação:

III - convite;

**§ 3º** Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Ou seja, a Administração Pública envia uma solicitação aos convidados em número mínimo de 3 (três) possíveis licitantes interessados/escolhidos.

Entretanto, esse número de escolhidos e convidados pode ser maior do que três desde que sejam cadastrados na instituição pública.

Além disso, os que manifestarem seu interesse em participar, devem informar interesse com antecedência de até um dia da sessão.

Contudo, se esse número mínimo não conseguir ser atingido devido à escassez de oferta no mercado ou desinteresse, existe uma brecha legal.

*Lei 8.666/1993, artigo 22:*

*7º Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA**  
**CNPJ: 10.221.745/0001-34**

---

Como você deve ter notado, diferentemente dos outros tipos de licitação, a Carta Convite não utiliza editais de licitação como instrumento convocatório.

Ou seja, a forma de seleção é o próprio convite enviado aos participantes.

A modalidade de licitação Convite é a modalidade mais simples das licitações. Uma vez que as contratações de menor valor são destinadas a ela.

Esses valores são determinados pelo Decreto Federal nº 9.412/2018. Ele é responsável por atualizar os valores de 3 (três) tipos de licitação: Convite, concorrência e tomada de preços.

Desta forma, as contratações de obras e serviços de engenharia feitas através da modalidade Carta Convite não devem ultrapassar o valor de R\$ 330.000,00.

Já para outros serviços, o valor limite para a Carta Convite na licitação é de R\$176.000,00.

Seguindo-se os ditames do procedimento referente a matéria, podemos perceber que houve correta publicação do edital, o processamento perfeito e a proposta da empresa **M S SOUZA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ de nº 28.769.194/0001-03**.

#### **CONCLUSÃO**

Com base na legislação vigente, a contratação pretendida, conforme informação constante dos autos, atende aos requisitos legais necessários para que seja realizada a licitação na modalidade pretendida.

Pelo exposto e em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, **OPINA-SE** pela REGULARIDADE PROCESSO LICITATÓRIO CARTA CONVITE Nº 003/2022, devendo a Comissão Permanente de Licitações desta Casa proceder às medidas de praxe e a devida adjudicação do objeto à empresa escolhida.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Jacareacanga/PA, 30 de setembro de 2022.

---

Euthiciano Mendes Muniz  
Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Jacareacanga  
OAB/PA 12665 B